

**GEOECONOMIA E GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS NO CAPITALISMO
CONTEMPORÂNEO: O PETRÓLEO NO VÉRTICE DAS TENSÕES INTERNACIONAIS
NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI**

Hoyêdo Nunes Lins

Programa de Pós-Graduação em Economia e Programa de Pós-Graduação
em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

O abastecimento em recursos energéticos é algo essencial para o desempenho econômico. O petróleo tem sido o mais importante desses recursos, historicamente. Essa proeminência, ao lado da marcada expansão no seu consumo e do fato de estarem as principais reservas e estruturas de escoamento localizadas em áreas politicamente instáveis, e também de serem encarniçadas as disputas entre Estados e empresas em torno da sua exploração e comercialização, exige considerá-lo um ingrediente central da geoeconomia e da geopolítica do capitalismo. Assim, em que pese o caráter histórico desta articulação, mais do que nunca Estado, capitalismo e energia se revelam fortemente imbricados contemporaneamente. O artigo explora essa questão em quatro seções, além da introdução e das considerações finais. Primeiro aborda-se o papel da energia na geoeconomia e na geopolítica do capitalismo, sobretudo na atualidade. Depois focalizam-se as tensões na Ásia Central em torno da energia, destacando a situação do Cáucaso. Na sequência privilegia-se a flexão muscular dos Estados Unidos no Oriente Médio, particularmente no Golfo Pérsico, com vistas ao controle de suas posições em relação às fontes de abastecimento em recursos energéticos. Por último, antes das considerações finais, fala-se da questão iraniana como uma ilustração eloquente do caráter estratégico do Oriente Médio em termos geoeconômicos e geopolíticos em termos energéticos.

Palavras chaves

Energia no capitalismo contemporâneo; Geoeconomia; Geopolítica

1 Introdução

O fim da ordem bipolar prevalecente desde o Segundo Pós-Guerra fez alguns observadores considerarem que, quase ao final do século XX, adentrava-se período de prolongada distensão nas relações internacionais. Os ventos que sopravam pareciam anunciar, de fato, uma promissora aurora, mas no início dos anos 1990 uma aliança multinacional de forças tendo à frente os Estados Unidos travou com o Iraque o que passou a ser referido como Guerra do Golfo. Houve poucas dúvidas sobre a motivação dessa aliança, sobretudo do Estado que a liderou. O que estava em jogo, segundo muitos analistas, era o petróleo, a mais importante fonte de energia da engrenagem produtiva em escala planetária e, portanto, recurso básico do capitalismo global.

Pode-se considerar que a Guerra do Golfo consolidou uma profunda vinculação entre energia, geoeconomia, geopolítica e guerra no cenário mundial. Geoeconomia refere à globalização dos mercados e das ações empresariais, destacando-se o acirramento da concorrência e a situação de países e regiões perante fluxos de alcance planetário (BARTON, 1999; CRUZ DE CASTRO, 2000; SPARKE, 2007). Geopolítica diz geralmente respeito às relações entre poder e espaço, implicando estratégias e ações dos Estados nacionais em defesa de seus interesses econômicos e políticos e no controle das posições conquistadas (OSTERUD, 1988). Interesses geoeconômicos e geopolíticos mostram-se fortemente imbricados na atualidade, permitindo falar em “economia geopolítica” (SMITH, 2002), embora essa vinculação pontue a história do capitalismo.

Talvez mais do que nunca, atualmente os recursos energéticos – o petróleo à frente – figurem no centro dessas relações. Acontecimentos marcantes na primeira década do século XXI, incluindo a ocupação do Iraque desde 2003 por forças predominantemente estadunidenses, fazem crer que as conexões entre energia, geoeconomia, geopolítica e guerra ganharam em intensidade. Levam também a pensar que o futuro haverá de registrar uma geografia das ações militares e asperezas diplomáticas bastante influenciada pelas disputas envolvendo fontes energéticas. Argumentar no intuito de dar sustentação a esse ponto de vista é o que se pretende neste artigo, que enxerga a questão energética, particularmente no tocante ao petróleo, como aspecto central da geoeconomia e da geopolítica do capitalismo contemporâneo.

2 Questão energética: pivô da geoeconomia e da geopolítica no capitalismo atual

A centralidade dos recursos energéticos na acumulação de capital e a proeminência do petróleo na matriz energética em nível planetário outorgam a essa *commodity* um papel decisivo na geoeconomia e na

geopolítica do capitalismo. Garantir o abastecimento, com livre acesso às fontes e adequada fluidez na oferta, e operar com preços que provoquem tão poucas turbulências quanto possível, são objetivos estratégicos para diferentes Estados. As regiões com destaque em produção e exportações, e principalmente em reservas comprovadas, constituem, por isso, alvos privilegiados das iniciativas de diversos países em torno da energia.

Conforme a tabela 1, o Oriente Médio possui liderança incontestável nessa matéria, abrigando mais de 57% das reservas mundiais de petróleo bruto e quase 42% das de gás natural. Sozinha, a Arábia Saudita exibe 1/5 das reservas de petróleo, e Irã e Qatar possuem juntos mais de 30% das de gás. A grande participação da América do Norte no que concerne ao petróleo deve-se à inclusão, nos dados da EIA (2006) utilizados, das quantidades presentes nas areias betuminosas da província canadense de Alberta. Situação regional que também merece realce é a da Eurásia relativamente ao gás natural: cerca de 1/3 do total, a Rússia alcançando quase 28%; mas países do Cáucaso e da Ásia Central, particularmente na bacia do Mar Cáspio, exibem importância (igualmente em petróleo), sobretudo devido à sua localização.

Áreas detentoras de reservas importantes, em distintos países e regiões, tornaram-se especialmente sedutoras para o capital ligado à energia desde que, nos anos 1970, o Golfo Pérsico mostrou que depender de uma só origem, não obstante o significado em volume e custo de produção, fragiliza os grandes consumidores e importadores. A própria elevação do preço do petróleo, carro chefe das crises energéticas daquela década, conferiu viabilidade à exploração de reservas onde os custos de operação são muito maiores do que no Golfo (como no Mar do Norte, por exemplo). Assim, a geografia das iniciativas, tanto de extração e refino quanto de transporte, abrange uma multiplicidade de espaços em diferentes continentes, regiões e países. Tais ações incluem estratégias e acordos e são guiadas pela tentativa de marcar presença nesses espaços à frente de concorrentes (Estados, empresas), procurando garantir prevalência no acesso e no controle, na expectativa de benefícios econômicos e políticos.

Em suma, na atualidade, certamente mais do que nunca, a problemática energética e sua geoeconomia exibem uma incontornável geopolítica. Geografia e política, e também a economia, se entrelaçam irremediavelmente em torno desses recursos, ainda mais que o presente registra mudanças na espacialidade da acumulação da riqueza global que produzem, ao lado da escalada na demanda energética de países como China e Índia, “um aumento da intensidade da competição entre os velhos e os novos grandes consumidores de petróleo e gás natural disponíveis no mundo” (FIORI, 2005, p. 7). Contudo, a intensidade e as implicações não se apresentam do mesmo modo em todos os lugares.

Tabela 1 – Reservas mundiais de petróleo bruto e gás natural em janeiro de 2005

Regiões e países selecionados	Petróleo bruto (bilhões de barris)	Gás nat. (trilhões de pés cúbicos)	Regiões e países selecionados	Petróleo bruto (bilhões de barris)	Gás nat. (trilhões de pés cúbicos)
América do Norte	214,8	264,0	Oriente Médio	729,3	2.522,1
Canadá	178,8	56,6	Irã	125,8	940,0
México	14,6	14,9	Iraque	115,0	110,0
Estados Unidos	21,4	192,5	Kuait	101,5	55,5
América Central/Sul	100,6	250,5	Qatar	15,2	910,0
Argentina	2,7	21,6	Arábia Saudita	261,9	235,0
Bolívia	0,4	24,0	Emirados A. Unidos	97,8	212,1
Brasil	10,6	8,8	África	100,8	476,5
Venezuela	77,2	151,0	Argélia	11,8	160,5
Europa	17,6	194,0	Angola	5,4	1,6
Alemanha	0,4	9,9	Egito	3,7	58,5
Dinamarca	1,3	3,5	Líbia	39,0	52,0
Itália	0,6	8,0	Nigéria	35,3	176,0
Holanda	0,1	62,0	Ásia/Oceania	36,2	383,9
Noruega	8,5	73,6	Austrália	1,5	29,0
Reino Unido	4,5	20,8	Brunei	1,4	13,8
Eurásia	77,8	1.952,6	China	18,3	53,3
Azerbaijão	7,0	30,0	Índia	5,4	30,1
Cazaquistão	9,0	65,0	Indonésia	4,7	90,3
Rússia	60,0	1.680,0	Malásia	3,0	75,0
Turcomenistão	0,5	71,0	Paquistão	0,3	26,8
Ucrânia	0,4	39,6			
Uzbequistão	0,6	66,2	Mundo	1.277,2	6.043,7

Fonte: elaborado pelo autor com dados de EIA (2006), extraídos de *Oil & Gás Journal*

Obs.: As reservas de petróleo do Canadá incluem, além de 4,3 bilhões de barris de petróleo convencional e condensado, 174,5 bilhões de barris de betumem das *oil sands* de Alberta; outras fontes não consideram o segundo tipo, disponibilizando dados que indicam uma participação muito menor da América do Norte no total mundial.

A América do Norte não constitui palco de embates. As relações envolvendo energia na região apresentam vínculos importantes entre os Estados Unidos e o México. O segundo fornece petróleo ao primeiro e compra a este gás natural liquefeito, segmento em que os Estados Unidos despontam com importantes reservas (entre as maiores conhecidas no mundo), como apresentado na tabela. Essas conexões permitem referir, segundo fonte do próprio governo estadunidense (LARSON, 2004), à existência de uma ativa e profícua cooperação energética em nível subcontinental, algo que certamente repercute no mundo empresarial mexicano ligado ao petróleo (LATIN..., 1998). Assinale-se que tal quadro cooperativo abrange o Canadá.

Na América do Sul, chamam a atenção a Venezuela e a Bolívia, a primeira com enormes reservas de petróleo e gás, a última destacando-se em gás. Nos dois países, talvez sobretudo na Bolívia, a questão energética é recorrente quando se fala em defesa dos interesses nacionais e soberania sobre recursos estratégicos. Foi emblemática a nacionalização do setor de hidrocarbonetos que, num vertiginoso encadeamento de ações que afetaram interesses bolivianos e estrangeiros, marcou o início do governo Morales. Não menos significativo é o desempenho do presidente da Venezuela, país que, apesar da torrencial verbosidade antiamericana de Hugo Chávez, figura entre os principais fornecedores de petróleo para os Estados Unidos, tendo nessa *commodity* o seu esteio econômico básico.

No continente africano, o grande capital multinacional ligado à energia atua sobretudo na Nigéria, país que, seguido por Angola, alcançou representatividade na exportação de petróleo e na geografia das reservas. Mas esse recurso é importante para diversos países, como Gabão, Guiné Equatorial, República do Congo, Chade e Camarões; esse é o caso também no Sudão, cujos problemas internos (guerra civil em Darfur, por exemplo) não diminuíram o interesse estrangeiro no seu petróleo e gás, e ainda no Marrocos, que se tornou exportador de petróleo cru. Mas é a Nigéria que mais ocupa as manchetes desde que, em 1973-74, o aumento no preço do petróleo passou a disponibilizar ingressos tão grandes que excediam em muito a capacidade dos governantes para utilizá-los (HERE'S..., 2000).

Ásia e Oceania registram China e Índia como países de destaque na geoeconomia e na geopolítica dos recursos energéticos como grandes consumidores de petróleo e gás. Essa condição resulta de desempenho econômico vigoroso nas últimas décadas, em particular no caso chinês. Mas a importância desse país alcança a órbita da oferta, devido à sua proeminência como reserva de petróleo e de gás. É sugestivo que, em novembro de 2007, a PetroChina tenha deslocado a gigante ExxonMobil do posto de empresa do setor energético mundial melhor cotada pela capitalização de mercado (CROOKS, 2007). Mas é como grande consumidor (tem figurado entre os três maiores do planeta) e grande dependente de recursos energéticos importados, principalmente do Oriente Médio, que esse país de fato sobressai, um traço galvanizado por processos como uma acelerada urbanização e um grande crescimento das compras de veículos. Embora represente vulnerabilidade, esse atributo dá à China “um significativo papel geopolítico” (WRIGHT, 2002, p. 7), tanto mais que a incontornável necessidade energética exerce uma grande influência no desenho e na implementação da política externa chinesa (ZWEIG; JIANHAI, 2005).

Em solo europeu, Noruega e Reino Unido (este devido ao Mar do Norte) são os países com maior realce no mosaico de reservas de petróleo e gás, merecendo ainda referência a Holanda no tocante ao segundo recurso. De todo modo, a Europa Central, assim como Alemanha, França, Itália e Espanha,

representa mercado onde a indústria russa de gás natural tem procurado “fidelizar” clientes (KANDIYOTI, 2005), e, portanto, o continente figura muito mais, na geoeconomia e na geopolítica dos recursos energéticos, como destino de importações e como origem de empresas com grande presença internacional. A primeira característica sugere vulnerabilidade perante as oscilações que marcam o setor energético em termos mundiais.

3 Cáucaso: o nervo exposto da Ásia Central

Na Eurásia, é antes de tudo na região do Cáucaso e Ásia Central que energia, geoeconomia e geopolítica se mostram fortemente imbricados. Esse quadro não é fortuito. Os estados caucasianos de Geórgia, Armênia e Azerbaijão, e os centroasiáticos do Turcomenistão, Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjiquistão e Quirguistão, exibem amplas reservas de petróleo e gás e fazem a bacia do Mar Cáspio cintilar na geoeconomia e na geopolítica dos recursos energéticos em termos mundiais, acenando com imensos lucros para as companhias internacionais e com possibilidades de desenvolvimento nacional. Não admira que tal área desponte como objeto de grande assédio, manifestado em várias latitudes, em distintos continentes. Em larga medida, seu interesse geoeconômico e geopolítico prende-se ao fato de que a presença concentrada de recursos energéticos ostenta localização estratégica, além de implicar repúblicas que integravam a antiga União Soviética. Tais repúblicas

ligam Europa e Ásia, Cristandade e Islã. São ladeadas a leste por um grande poder emergente (China); ao norte pela sua antiga hegemon (Rússia); ao sul por um país mergulhado em violento caos (Afeganistão), por uma república islâmica fundamentalista (Irã) e por um Estado secular frágil em busca de um maior papel regional (Turquia). Junto com esses vizinhos, uma superpotência distante busca influência, se não dominação (Estados Unidos). (A CASPIAN..., 1998, p. 3)

O interesse geoeconômico e geopolítico relaciona-se igualmente ao fato de que esses recursos energéticos mostram-se encravados, dependendo de amplas estruturas de transporte (dutos, mas também portos, embarcações e estradas de ferro) para o acesso a mercados estrangeiros relevantes. Assim, o traçado dos dutos, por exemplo, envolvendo distintos territórios nacionais, é assunto de incontestável importância estratégica, tendo em vista os interesses de alguns dos mais influentes atores das relações internacionais.

A Rússia exerce historicamente grande controle sobre as rotas de exportação dessa área, pois partes do seu território figuram como corredores, e a região é tradicionalmente espaço de influência de Moscou. Contudo, os interesses russos têm sido fortemente ameaçados pela desenvoltura com que concorrentes internacionais procuram marcar presença (ou ampliá-la) junto aos campos de petróleo do Mar

Cáspio e às reservas de gás em países como Turcomenistão. Deve ser visto nessa perspectiva o que o Cáucaso e a Ásia Central, juntos referidos por Cheterian (1997) como “Transcaucásia”, representam para as empresas ocidentais (estadunidenses e européias): ligação das fontes desses recursos com mares abertos que oferece a vantagem de permitir fluxos ao largo da Rússia – cujo controle sobre os respectivos processos é tido como fonte de riscos (GREAT..., 1997) –, e também fora do Irã.

Mas a “Transcaucásia” tem significados distintos conforme os países interessados na região. Para a Rússia, representa corredor para o Oriente Médio e possível instrumento de contenção das influências turca e ocidental no sul do seu território. Irã e Turquia enxergam possibilidades de expansão e desdobramento das respectivas atividades ligadas à energia. Para os Estados Unidos, além de fonte suplementar de energia, é espaço de ações com vistas à redução do predomínio econômico e político da Rússia – após o fim da União Soviética, os Estados Unidos procuraram impor recuo a essa influência principalmente no Cáucaso, como frisam Radvanyi e Rekacewicz (2000) – e ao bloqueio da ascendência iraniana, sendo eloquentes as pressões de Washington para impedir que o Irã sirva de passagem aos dutos projetados para escoar o petróleo do Mar Cáspio (OF POLITICS..., 1999).

Naturalmente, a grande queda de braço na região contrapõe Estados Unidos e Rússia, não obstante o esboço de cooperação energética entre ambos no início dos anos 2000 (VICTOR; VICTOR, 2003). A Rússia tem nas atividades ligadas à energia (sobretudo petróleo e gás) sustentáculos essenciais da sua economia (IN SEARCH..., 1997), embora os anos 1990 tenham registrado medidas um tanto erráticas, não raro contraditórias, envolvendo a reestruturação desses setores e a tentativa de equiparação aos grandes concorrentes internacionais. Ações contemplando a privatização de empresas como Lukoil e Surgut foram acompanhadas por tentativas de obstaculizar o ingresso de investidores estrangeiros, ao mesmo tempo em que as dificuldades para exportar, fruto também das limitações da infraestrutura (dutos, portos), acabaram impondo a necessidade de atrair esses investidores (que privilegiavam a Ásia Central devido aos entraves na Rússia). Mas as empresas ocidentais mantiveram-se cautelosas, pela insegurança derivada dos anteriores movimentos russos (RULES..., 1999). De todo modo, projetos de exploração conjunta de petróleo e gás viram a luz, como em relação às Ilhas Sakhalina, no nordeste da Rússia, aglutinando interesses japoneses, estadunidenses e europeus, além de russos. Ao mesmo tempo, a Rússia galgou posições na oferta mundial de energia, inspirado referências a uma, por assim dizer, “batalha” pelo domínio energético com a Arábia Saudita, maior destaque individual em fornecimento (MORSE; RICHARD, 2002).

Assim, nos últimos anos, tanto quanto os Estados Unidos, a Rússia vem procurando interferir na conformação da trama de vínculos energéticos que enreda o Cáucaso e a Ásia Central. O objetivo é evitar o surgimento ou a consolidação de um corredor eurasiático único e conforme aos interesses ocidentais, sobretudo estadunidenses (RADVANYI, 1998). Tal conduta guarda ampla relação com a busca de um protagonismo renovado, da qual fazem parte as parcerias com a China, para a modernização militar desta, e com a Índia, e inclusive com o Irã, cortejado pelo seu antagonismo aos Estados Unidos (LA GORCE, 2001). Parece ocioso assinalar que, no âmbito desses múltiplos relacionamentos, também a Rússia tenta influenciar o traçado das novas rotas para transporte de petróleo e gás, as decisões sobre as quais, de toda maneira, levam em conta o desempenho da China como grande consumidora (KANDIYOTI, 2005).

O comportamento russo no Cáucaso e na Ásia Central está gerando importantes resultados para a estratégia desse país, de manter e mesmo fortalecer sua presença e seu predomínio regional. No fim de 2007, executivos da Lukoil e membros do governo instalado em Moscou participaram da inauguração do, até então, mais recente campo de gás natural a entrar em operação na área, no Uzbequistão (KRAMER, 2007). Instalado pela Lukoil, o campo teve a sua produção das próximas décadas vendida de antemão à também russa Gazprom. Essa iniciativa significou resposta, inscrita em tendência expansiva de investimentos russos, às já referidas ações estadunidenses para reduzir a influência daquele país na região pelo encorajamento de rotas de exportação externas ao território da Rússia. Assim parece estar em curso, nos últimos anos, uma reversão do comportamento defensivo desse país perante a conduta ocidental (estadunidense, acima de tudo) objetivando o recuo da influência russa na área (GENTÉ, 2007).

Torna-se cada vez mais claro que “é entre o crescimento do poderio americano e a resistência russa que se jogará a próxima etapa da história caucasiana” (CHETERIAN, 1997, p. 23). Entretanto, também a movimentação da China em busca de maior presença figura entre os fatores que transformam a Ásia Central e o Cáucaso em espaço de enorme relevância geoeconômica e geopolítica em escala planetária. Isso deriva tanto das suas já assinaladas necessidades de recursos energéticos quanto do fato de o Estado chinês perceber a Eurásia como palco de um inevitável entrechoque dos interesses das maiores potências mundiais. Não por acaso, desde os anos 1990 o desenho da política externa chinesa é influenciado pela idéia de que o futuro da “Transcaucásia” será inapelavelmente condicionado pelo confronto entre tais interesses (THE ROAD..., 1999).

Do que se falou sobre a geoeconomia e a geopolítica incrustadas na questão energética, fica claro que a Eurásia – e, nesta, o Cáucaso e a Ásia Central – é um teatro fundamental nos embates entre Estados sobre os recursos energéticos. Essa área só é ombreada em importância pelo Oriente Médio,

mormente o Golfo Pérsico, região no topo da hierarquia das reservas mundiais desses recursos e das ações que afetam o universo da energia. A proeminência do Oriente Médio justifica abordar essa área em seção própria. É o que se faz a seguir, focalizando o assunto em conexão com o empenho dos Estados Unidos na defesa dos seus interesses econômicos e políticos e do seu poder mundial.

4 Domínio energético e liderança mundial: os Estados Unidos perante o Oriente Médio

Afirmou-se que a “Transcaucásia” tem como rival, quanto à sua importância geoeconômica e geopolítica envolvendo questões energéticas em nível planetário, somente o Oriente Médio, particularmente o Golfo Pérsico. Conquanto verdadeira, a assertiva não faz plena justiça à segunda região. O Oriente Médio, em especial o Golfo, é nada menos que o centro de gravidade da problemática energética em escala global. A região assim se apresenta por prevalecer na oferta de energia, inclusive nas associadas expectativas sobre o futuro – pelas reservas comprovadas –, não obstante a descoberta e exploração de novas fontes. Também é motivo o fato, ligado àquele aspecto, de produtores locais poderem influenciar profundamente o mercado mundial de energia, uma capacidade que reflete o comportamento – em regra de cunho político, segundo Alhaji (2001) – da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), cuja “pulsção” é essencialmente determinada no âmbito do Golfo Pérsico.

O quadro energético mundial observado desde os anos 1970 é eloquente sobre esse papel, servindo de ilustração da conduta da OPEP as idas e vindas no controle da produção para balizar os movimentos dos preços. Cortes de produção para deter o mergulho destes, contrário aos interesses dos produtores externos ao Golfo – cujos custos são comparativamente maiores e cuja viabilidade depende de preços elevados –, alternam-se com aumentos na oferta para evitar que o encarecimento agrave a situação econômica em diferentes países – não raro por pressões internacionais, como em 2000, na iniciativa unilateral da Arábia Saudita sob influência dos Estados Unidos (LIFTING..., 2000). Assim, amplamente devido à dinâmica no Golfo, a trajetória mundial do petróleo tem exibido movimentos pendulares de choques e contra choques, envolvendo crises (SARKIS, 2000) e, repetidamente, interrogações sobre as causas da elevação nos preços (SARKIS, 2004), assim como tentativas de avaliação das consequências das observadas conjunturas (por exemplo, Jaffe e Manning, 2000). Não é à toa que a instabilidade política no Oriente Médio causa tanta inquietação. Essa instabilidade se reflete inclusive em falta de coesão no seio da OPEP, originando incertezas e representando ameaças e riscos.

Desse modo, se é fato que os Estados Unidos flexionam os músculos no Cáucaso e na Ásia Central, fiéis à orientação de “disputar todos os territórios que tenham disponibilidade ou que apresentem

algum potencial futuro, capaz de garantir a expansão contínua do seu poder econômico e político” (FIORI, 2005, p. 7), é principalmente para o Golfo que está voltado o arsenal da política externa estadunidense vinculada à energia. Isso espelha o entendimento de que os problemas energéticos em termos planetários derivam, em enorme proporção, “dos preços e da instabilidade política no Oriente Médio, uma região que permanecerá (...) o centro nevrálgico da indústria petrolífera mundial no curso das próximas décadas.” (SARKIS, 2002, p. 13). Por extensão, gravita em torno dessa área grande parte das iniciativas enfileiradas no exercício da liderança internacional daquele país, exigente de segurança energética – quer dizer, disponibilidade sem entraves de recursos cruciais ao desempenho econômico – sobretudo perante as recentes transformações geoeconômicas globais.

Como vetor “estrutural” da conduta dos Estados Unidos, perfila-se a sua dependência energética externa, que é crescente (MORONEY, 2002) e motivo de preocupação doméstica (WIRTH; GRAY; PODESTA, 2003). Essa dependência aumentou, *pari passu* com a expansão do consumo, porque na perspectiva estadunidense o colapso da União Soviética e a vitória na Guerra do Golfo representariam o fim, praticamente, das maiores ameaças então percebidas para os campos de petróleo no Oriente Médio, fazendo recuar os temores sobre o aprovisionamento energético externo (SARKIS, 1994). Essa dependência é amplamente reconhecida. Relatório do *National Energy Policy Development Group*, editado em Washington no começo de 2001 sob a coordenação do vice-presidente daquele país, frisava que os Estados Unidos tinham autossuficiência em muitos recursos energéticos, “exceto em petróleo, do qual importamos 52% das nossas necessidades líquidas, e em gás natural, do qual importamos de 15 a 16% das nossas necessidades líquidas (...)” (REPORT..., 2001, p. 8-3). Daí a advertência: “Uma ruptura significativa na oferta mundial de petróleo pode afetar adversamente a nossa economia e nossa capacidade de promover objetivos chaves de política externa e econômica (...)” (ibid.).

O modo como o Oriente Médio, particularmente o Golfo Pérsico, é visto pelo ângulo dos interesses estratégicos dos Estados Unidos transparece em várias passagens desse relatório. Indica-se, por exemplo, que “a economia global continuará a depender (...) da oferta de petróleo dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), particularmente do Golfo. Essa região permanecerá vital para os interesses dos Estados Unidos.” (REPORT..., p. 8-4). O documento admitia que a atenção não deveria se restringir a essa área: “O Golfo será um foco prioritário da política energética internacional dos Estados Unidos, mas nosso engajamento será global, focalizando regiões existentes e emergentes que terão maior impacto no balanço energético global.” (REPORT..., p. 8-5), razão pela qual mostrava-se necessário “fortalecer nossas alianças comerciais, para aprofundar o diálogo com os maiores produtores de petróleo, e

trabalhar para uma maior produção (...) no Ocidente, na África, no Cáspio e em outras regiões com recursos abundantes de petróleo.” (op cit., p. 8-3). Contudo, o Oriente Médio é tão expressivo para a política energética estadunidense que, embora a extinção da União Soviética e a vitória ocidental na Guerra do Golfo representassem menores ameaças à oferta regional de petróleo, tal área seguiu canalizando as mais importantes ações de política externa dos Estados Unidos. Frise-se que tais medidas ostentam objetivos amplos: “tendo em vista as necessidades energéticas dos países europeus e do Japão, a predominância americana no Golfo oferece à Casa Branca um meio de pressão que ela pretende bem conservar frente a seus aliados e, todavia, concorrentes econômicos” (KLARE, 1995, p. 23).

5 A eloquente questão iraquiana

A postura frente ao então governo de Saddam Hussein, num Iraque já enfraquecido após anos de embargos comerciais e sanções decorrentes da Guerra do Golfo, ganha maior compreensão quando vista à luz do significado dessa região para os Estados Unidos. É sugestivo o conteúdo de uma carta, de 26 de janeiro de 1998, enviada ao então presidente Clinton por um grupo de influentes personagens da cena política estadunidense – como Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Richard Perle e John Bolton –, próceres da direita mais empedernida e agressiva (*neocons* e/ou *hawks*) que na era George W. Bush viriam a integrar a cúpula da administração e das definições estratégicas.

A política de “contenção” de Saddam Hussein vem sendo continuamente erodida ao longo de muitos meses. (...) Como resultado, em futuro não muito distante, seremos incapazes de determinar (...) se o Iraque possui ou não (...) armas [de destruição em massa]. (...)

Tal incerteza terá (...) um sério efeito desestabilizador em todo o Oriente Médio. (...) [S]e Saddam dispuser de armas de destruição em massa, (...) **a segurança das tropas americanas na região, dos nossos amigos e de aliados como Israel e os Estados árabes moderados, e de uma significativa porção da oferta mundial de petróleo, será colocada em risco.** (...)

A única estratégia aceitável é eliminar a possibilidade de o Iraque usar armas de destruição em massa ou ameaçar com seu uso. No curso prazo, isso significa disposição para ação militar, pois a diplomacia está (...) falhando. No longo prazo, significa remover Saddam Hussein e seu regime de poder. Isso deve tornar-se o objetivo da política externa dos Estados Unidos. (...)

Insistimos para que você articule esse objetivo (...). Isso exigirá uma total complementaridade de esforços diplomáticos, políticos e militares. (...) Acreditamos que os Estados Unidos têm a autoridade (...) para dar os passos necessários, incluindo os militares, visando **proteger os nossos vitais interesses no Golfo.** (PROJECT..., 1998 – negrito adicionado à citação)

As referidas dificuldades para “conter” Saddam Hussein diziam respeito aos enteveros entre este e a ONU, em torno das sanções impostas ao Iraque após a Guerra do Golfo e das atividades dos inspetores para verificar a existência de armas de destruição em massa. Sempre tensa, a relação se deteriorou toda vez que Saddam obstruiu esse trabalho, como na expulsão dos membros de origem

estadunidense. Piorou sobretudo devido aos bombardeios a alvos iraquianos pelos Estados Unidos, coadjuvados pela Grã Bretanha, algo registrado em 1996, 1999, 2000 e 2001 (A MESSAGE..., 2001), uma forma de lidar com Saddam muito mais incisiva e destrutiva do que a estratégia de auxiliar os oponentes ao regime adotada pelo governo estadunidense no final dos anos 90 (IRAQ..., 1999).

A atenção dos Estados Unidos sobre o Oriente Médio ganhou vigor e amplitude após os atentados terroristas contra as Torres Gêmeas (Nova York) e o Pentágono (Washington) perpetrados em 11 de setembro de 2001. O contexto era de ímpeto na reorientação do projeto político e estratégico vigente naquele país antes do fim da Guerra Fria, depois voltado à busca de novos inimigos e novos motivos para combates (GOLUB, 2003; KLARE, 1995). Pode-se considerar que a luta contra o terrorismo, intensificada na esteira desses atentados, passou a oferecer oportunidades sequer imaginadas anteriormente para essa reorientação, e que as ações no Afeganistão para capturar Bin Laden se inscreveram na exploração dessas possibilidades.

Todavia, além da luta contra o terrorismo, o governo de George W. Bush exibiu duas outras prioridades de grande alcance geoeconômico e geopolítico: a modernização da capacidade militar, para poder avançar sobre territórios distantes e garantir a supremacia no longo prazo, e a obtenção de reservas petrolíferas estrangeiras suplementares, em resposta à enorme dependência externa e à escassez das reservas domésticas. “Embora possuindo origens diferentes, esses dois objetivos se fundiram com a guerra antiterrorista para formar a estratégia coerente que guia hoje a política externa americana” (KLARE, 2002, p. 1). Grande parte das reservas energéticas conhecidas e das rotas para transporte de petróleo e gás encontra-se em áreas conflituosas (KLARE, 2001) onde sentimentos antiamericanos brotaram ou cresceram devido ao perfil da política externa da administração de George W. Bush (NAÏR, 2003). Assim, objetivos energéticos e militares passaram a se mostrar entrelaçados: “uma política energética visando (...) aceder às reservas de petróleo situadas nessas regiões com instabilidade crônica não é realista senão na medida em que os Estados Unidos sejam capazes de projetar nelas o seu poderio militar” (KLARE, 2002, p. 17). Como a “guerra contra o terrorismo contribui (...) para o esforço (...) de proteger o acesso ao petróleo, notadamente no Golfo Pérsico e na bacia do Mar Cáspio” (ibid), os três objetivos estratégicos resultaram fundidos. Por isso, a “única maneira de descrever precisamente a tendência global da estratégia americana é em termos de objetivo único, que se pode resumir como ‘uma guerra pela dominação americana’” (ibid.). Mas note-se que o petróleo – a prioridade energética – aparece como pivô.

A guerra ao Iraque capitaneada pelos Estados Unidos em 2003, resultando em ocupação e instabilidade que não cessam de gerar problemas e incertezas, há de ser vista nessa perspectiva. Embora

as autoridades estadunidenses tenham sempre recusado a indicação de que o petróleo foi o principal motivo da invasão (RENNER, 2003), diferentes observadores consideram que as justificativas apresentadas – suprimir armas de destruição em massa, combater o terrorismo e promover a democracia no Iraque – não convencem, e que o objetivo era controlar uma das maiores reservas de petróleo do mundo. Esse controle é decisivo para preservar a condição estadunidense de maior poder mundial, ainda mais em face dos problemas surgidos nas relações com a Arábia Saudita, que nos anos 1990 testemunhou crescentes dificuldades internas e buscou para alianças (econômicas, políticas) países repudiados pelos Estados Unidos, como o Irã (KLARE, 2003; JHAVERI, 2004). Bem antes da chegada de George W. Bush ao poder a invasão era mais do que cogitada, como indicado pela já referida carta de 26/01/1998 enviada por *neocons* e/ou *hawks* a Bill Clinton: é significativo que, nos anos 1990, empresas de países como Rússia, França, China e Itália tivessem iniciado acordos de exploração de petróleo com o Iraque, sugerindo que “[u]m dos maiores objetivos da (...) invasão dos Estados Unidos (...) [foi] tornar nulos esses acordos” (RESEARCH..., 2003, p. 47). Jhaveri (2004) enxerga na invasão um exercício de “petroimperialismo”, precipitado pelas condições do Golfo: “a reforma no controle do petróleo iraquiano poderia não ocorrer a tempo, e por isso [fez-se] a guerra ao Iraque” (p. 8).

Também nessa perspectiva sobre os objetivos do governo estadunidense deve ser considerado o caso do Irã, outro grande detentor de reservas de petróleo e gás. As ásperas relações desse país com o Ocidente, os Estados Unidos à frente, têm sido atribuídas à inflexibilidade iraniana no que concerne ao seu programa nuclear, um comportamento tanto mais inquietante na medida em que o tom bélico da retórica do seu presidente frequência alcança patamares alarmantes. Em escalada talvez evocativa do processo que culminou na invasão do Iraque, a porção norte do Golfo Pérsico passou a ser vista como um possível – para Klare (2006), um muito provável – alvo de operação militar. Por exemplo, John Bolton, diplomata, ex-representante do governo Bush na ONU e um dos signatários da carta de 26/01/98 para Bill Clinton, sustentou em entrevista que as opções estadunidenses para o Irã eram duas: “mudança de regime, para um governo que desista realmente de conseguir armas nucleares; e, em último caso, uso de força militar” (DÁVILA, 2007, p. A18), representando radicalização da política que desde os anos 1990 impunha sanções aos investidores que decidissem atuar no país (CHILDREN..., 1997).

Ora, se a ameaça nuclear certamente permeia as avaliações sobre o Irã, sua influência não reina sozinha. Dada a importância da problemática energética, o papel desse país como dono de grandes reservas de petróleo e gás e também como produtor e exportador situa-se, indubitavelmente, no centro dos embates. Note-se que o desempenho iraniano é especialmente notável no fornecimento de petróleo à

China, posição que, a julgar pelos progressos, pode vir a ter paralelo no tocante à Índia e ao Japão. Essa desenvoltura também reflete capacidade de montar estrutura logística, com parceiros diversos, que lubrifica o fluxo dos seus produtos para o Golfo Pérsico e o Golfo de Omã.

O Irã ocupa uma posição estratégica no Golfo Pérsico. Não só pela sua condição de representar ameaça a países cujos campos de petróleo somam mais de metade das reservas conhecidas, mas também por dominar o estreito de Ormuz, corredor de passagem diária de volumosas exportações para o mundo todo (KLARE, 2006). Portanto, se o aspecto nuclear perfila-se no âmago do recrudescimento das tensões entre o Irã e o Ocidente, de algum modo tal fato se vincula ao papel desse país na geoeconomia e, em decorrência, na geopolítica da energia. Talvez sobretudo, tal fato se vincula ao que pode representar, principalmente para os interesses dos Estados Unidos, a existência de armas com tamanho poder de destruição nas mãos de quem decida defender a própria soberania em termos de recursos energéticos e mesmo interferir na região que concentra o essencial das reservas mundiais de petróleo e gás.

6 Considerações finais

Imprescindíveis economicamente, os recursos energéticos, em primeiro lugar o petróleo, figuram no centro das mudanças geoeconômicas globais e afetam irremediavelmente a geopolítica do capitalismo contemporâneo. No plano geoeconômico, chamam a atenção reconfigurações estruturais de enorme amplitude, com a entronização de novos consumidores de grande porte e a emergência de áreas produtoras estrategicamente situadas, figurando o acirramento da concorrência como pedra angular dos processos em todos os casos. A influência na geopolítica traduz-se em multiplicidade de acordos, projetos conjuntos e investidas diplomáticas e empresariais, e também em ações conflituosas como as relativas às guerras ou às ameaças nessa direção, das quais os acontecimentos do passado recente no Golfo Pérsico, e no Oriente Médio de uma forma geral, podem ser vistos como uma dramática e inquietante ilustração.

Portanto, a questão energética envolve um irrevogável entrelaçamento de geoeconomia e geopolítica. Como se indicou na introdução, as arestas na diplomacia e as ações militares com diferentes intensidades têm nessa problemática um proeminente fator de determinação. Não surpreende, desse modo, que a imbricação entre geoeconomia e geopolítica no tocante aos recursos energéticos perpassa os movimentos e processos ligados ao exercício da liderança no sistema internacional. Tais movimentos e processos implicam tanto a defesa da liderança alcançada, o que requer o seu fortalecimento – caso dos Estados Unidos –, quanto a concorrência e o desafio, representando disputa de liderança talvez já no

médio prazo, de Estados que ganham visivelmente terreno na hierarquia internacional – a China representaria a situação mais sugestiva nos dias atuais.

Caráter particularmente conflituoso apresenta-se impregnado na política externa dos Estados Unidos. A segurança energética é vital à manutenção da liderança internacional e do poder global desse país. Assim, meios militares vêm sendo ostensivamente empregados para garantir o seu acesso às fontes de energia, o petróleo à frente, no que tem sido caracterizado como busca de “controle sobre o petróleo mundial” (BROMLEY, 2005, p. 225). Esse tipo de conduta se inscreve no que Roberts, Secor e Sparke (2003) denominam de geopolítica neoliberal, expressão do “idealismo neoliberal sobre as virtudes de mercados livres, abertura e integração econômica global” (p. 886), porém com “dependência contraditória da desregulação neoliberal multilateral à uma re-regulação imposta (...)” (ibid.). Essa imposição apresenta-se amplamente unilateral e, por conta disso, figura na contramão do que seria de fato necessário para se avançar em segurança energética, de uma maneira ampla: conforme salientado por Yergin (2006), progressos nessa direção requerem não somente diversificação de tipos e fontes de energia, mas sobretudo cooperação internacional.

Referências bibliográficas

- A CASPIAN gamble. *The Economist*, Feb. 7th 1998. (A survey on Central Asia).
- ALHAIJI, A.F. Middle East politics still dictate oil prices. *World Oil*, v. 222, n. 1, p. 35, Jan. 2001.
- A MESSAGE from the past for Baghdad. *The Economist*, p. 45-46, Feb 24th 2001.
- BARTON, J. R. “Flags of convenience”: geoeconomics and regulatory minimisation. *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, v. 90, n. 2, p. 142-155, 1999.
- BROMLEY, S. The United States and the control of world oil. *Government and Opposition*, v. 40, n. 2, p. 225-255, Spr. 2005.
- CHETERIAN, V. “Grand jeu” pétrolier en Transcaucasie. *Le Monde Diplomatique*, n. 523, p. 22-23, Oct. 1997.
- CHILDREN of the Islamic revolution. *The Economist*, Jan. 18th 1997 (A survey of Iran).
- CROOKS, E. International oil companies: big shift in balance of power. *Financial Times*, Nov. 9 2007. Disponível em <www.ft.com> Obtido em: nov. 2007.
- CRUZ DE CASTRO, R. Whither geoeconomics? Bureaucratic inertia in U.S. post-Cold War foreign policy towards East Asia. *Asian Affairs: An American Review*, v. 26, n. 4, p. 201-222, 2000.
- DÁVILA, S. Mudança de regime e ataque militar são as opções para o Irã. *Folha de S. Paulo*, p. A18, 10 dez. 2007.
- EIA. *Annual Energy Review 2005*. Washington: Energy Information Administration./U.S. Department of Energy, July 2006.
- FIORI, J.L. Mudanças estruturais e crise de liderança no sistema mundial. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 7, p. 5-11, out./dez. 2005.
- GENTÉ, R. Du Caucase à l’Asie centrale, “grand jeu” autour du pétrole et du gaz. *Le Monde Diplomatique*, n. 729, p. 18-19, Juin 2007.

- GOLUB, P.S. Métamorphoses d'une politique impériale. *Le Monde Diplomatique*, n. 588, p. 16-17, Mars 2003.
- GREAT games, awful risks. *The Economist*, p. 63-64, Feb. 15th 1997.
- HERE'S hoping. *The Economist*, Jan. 15th 2000. (A Survey of Nigeria).
- IN SEARCH of spring. *The Economist*, July 12th 1997. (A survey of Russia).
- IRAQ as it ever was. *The Economist*, p. 47, Feb. 6th 1999.
- JAFFE, A.M.; MANNING, R.A. The shocks of a world of cheap oil. *Foreign Affairs*, v. 79, n. 1, p. 16-29, Jan./Feb. 2000.
- JHAVERI, N.J. Petroimperialism: US oil interests and the Iraq war. *Antipode*, v.36, n.1, p.2-11, Jan. 2004.
- KANDIYOTI, R. De nouvelles routes pour le pétrole et le gaz. *Le Monde Diplomatique*, n. 704, p. 8, Mai 2005.
- KLARE, M.T. Le Golfe, frontière avancée de la sécurité américaine. *Le Monde Diplomatique*, n. 490, p. 22-23, Jan. 1995.
- KLARE, M.T. The new geography of conflict. *Foreign Affairs*, v. 80, n. 3, p. 49-61, 2001.
- KLARE, M.T. Les vrais desseins de M. George Bush. *Le Monde Diplomatique*, n. 584, p. 1 e 16-17, Nov. 2002.
- KLARE, M.T. The coming war with Iraq: deciphering the Bush Administration's motives. *Foreign Policy in Focus*, p. 1-6, Jan. 2003.
- KLARE, M.T. Petróleo, geopolítica e a guerra com o Irã. *Folha de S. Paulo*, p. A18, 30 abr. 2006.
- KRAMER, A.E. Central Ásia on front line in energy battle. *The New York Times*, Dec. 20th 2007. Obtido em: <www.nytimes.com> Acesso em: dez. 2007.
- LA GORCE, P-M. La Russie en quête d'un nouveau role. *Le Monde Diplomatique*, n.566, p.4-5, Mai 2001.
- LARSON, A. Geopolítica do petróleo e do gás natural. *Perspectivas Econômicas*, maio 2004. Obtido em <www.usinfo.state.gov/journals/ites/0504/ijep/larson.htm> Acesso em: maio 2006
- LATIN lessons. *The Economist*, p. 61 e 64, Jan. 3rd 1998.
- LIFTING the veil. *The Economist*, p. 60-61, Jul. 8th 2000.
- MORONEY, J. R. Analysis of the increasing U.S. dependence on imported oil. *World Oil*, v. 223, n. 10, p. 80, Oct. 2002.
- MORSE, E.L.; RICHARD, J. The battle for energy dominance. *Foreign Affairs*, v. 81, n. 2, p. 16-31, 2002.
- NAÏR, S. Le monde selon Washington. *Le Monde Diplomatique*, n. 588, p. 14-15, Mars 2003.
- OF POLITICS and pipelines. *The Economist*, p. 4, July 10th 1999.
- OSTERUD, O. The uses and abuses of geopolitics. *Journal of Peace Research*, v. 25, n. 2, p. 191-199, 1988.
- PROJECT for the New American Century. Washington, 1998. Obtido em <www.newamericancentury.org/iraqclintonletter.htm> Acesso em: dez. 2007.
- RADVANYI, J. Transports et géostratégie au sud de la Russie. *Le Monde Diplomatique*, n. 531, p. 18-19, Juin 1998.
- RADVANYI, J.; REKACEWICZ, P. Conflits caucasiens et bras de fer russo-américain. *Le Monde Diplomatique*, n. 559, p. 18-19, Oct. 2000.
- RENNER, M. Post-Saddam Iraq: linchpin of a new oil order. *Foreign Policy in Focus*, p.1-6,Jan. 2003.
- REPORT of the National Energy Policy Development Group. Washington D.C., May 2001. Disponível em: <www.gcric.org/OnLnDoc/pdf/nep.pdf> Acesso em: dez. 2007.
- RESEARCH UNIT FOR POLITICAL ECONOMY. Behind the war in Iraq. *Monthly Review*, v. 55, n. 1, p. 20-49, May 2003.
- ROBERTS, S.; SECOR, A.; SPARKE, M. Neoliberal geopolitics. *Antipode*, v. 35, n. 5, p. 886-897, Nov. 2003.
- RULES of war. *The Economist*, p. 65, Dec. 4th 1999.

- SARKIS, N. Le pétrole du Golfe toujours plus convoité. *Le Monde Diplomatique*, n.488, p.12, Nov. 1994.
- SARKIS, N. Pétrole, le troisième choc? *Le Monde Diplomatique*, n. 552, p. 1 e 24-25, Mars 2000.
- SARKIS, N. Barils de pétrole et barils de poudre au Proche-Orient. *Le Monde Diplomatique*, n. 579, p. 12-13, Juin 2002.
- SARKIS, N. Aux origines de la nouvelle crise pétrolière. *Le Monde Diplomatique*, n. 604, p. 3, Juin 2004.
- SMITH, A. Imagining geographies of the "new Europe": geo-economic power and the new European architecture of integration. *Political Geography*, v. 21, p. 647-670, 2002.
- SPARKE, M. Geopolitical fears, geoeconomic hopes, and the responsibilities of geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 97, n. 2, p. 338-349, 2007.
- THE ROAD to 2050. *The Economist*, July 31st 1999. (A survey of the new geopolitics).
- VICTOR, D.G.; VICTOR, N. M. Axis of oil? *Foreign Affairs*, v. 82, n. 2, p. 47-61, 2003.
- WIRTH, T.E.; GRAY, C.B.; PODESTA, J.D. The future of energy policy. *Foreign Affairs*, v. 82 n. 4, p. 132-155, 2003.
- WRIGHT, T. R. War with Iraq would seriously affect China. *World Oil*, p. 7, n. 2002.
- YERGIN, D. Ensuring energy security. *Foreign Affairs*, v.85, n.2, p.69-82, 2006.
- ZWEIG, D.; JIANHAI, B. China's global hunt for energy. *Foreign Affairs*, v. 84, n. 5, p. 25-38, 2005.